

QUAL É A GRAÇA DA LEI?



Conteúdo

Aula 1 – O propósito da Lei

Aula 2 – A Lei a Aliança

Aula 3 – Até quando a Lei valeu?

Aula 4 – Leis do cotidiano - Êxodo

Aula 5 – Leis do cotidiano – Levítico

Aula 6 – Leis do cotidiano – Números

Aula 7 – Leis do cotidiano – Deuteronômio

Aula 8 – A Lei como reflexo do caráter de Deus

Marcos Senghi Soares

- 2018 -

Aula 3 – A vigência da Lei?

O estudo do Pentateuco é basilar para a compreensão da doutrina cristã. Isso porque a linha que se adotar quando ao papel, caráter e vigência da Lei de Moisés terá implicações diretas e contundentes para a doutrina e prática dos cristãos. Uma vez que a Lei permeia toda a revelação bíblica, a posição adotada em relação a ela vai definir muito da nossa abordagem hermenêutica para as Escrituras como um todo.

Esse assunto foi motivo de fortes discussões desde os primórdios da igreja, ensejando cartas apostólicas e até mesmo um Concílio em Jerusalém. Até hoje existem posições divergentes no assunto. Oferecemos uma proposta que nos parece a mais equilibrada.

1. As divisões da Lei¹²

É bastante comum se dividir a Lei de Moisés em leis morais, civis e cerimoniais. O que não é consensual são as implicações que essas subdivisões podem ter. As principais interpretações são:

- a. As leis cerimoniais ou civis foram removidas por Cristo, mas ainda devemos seguir a “lei moral”. Assim, os Dez Mandamentos são um código de ética válido até hoje para os cristãos. A Teologia do Pacto defende essa posição. No extremo do raciocínio (embora não tão popular), há quem defenda até que essas leis deveriam ser reivindicadas pelos cristãos para que toda a sociedade se submetesse a ela. São os chamados *teonomistas* ou *reconstrucionistas cristãos*¹³.
- b. A lei não serve para a salvação, mas ainda deve ser seguida para a nossa santificação. Nessa interpretação, normalmente ligada a um pensamento judaizante, o Decálogo (e as demais leis morais) são não apenas o padrão de uma vida santa, mas o instrumento que nos conduz a ela. Em linhas gerais, era isso que os primeiros judeus convertidos ao Cristianismo tentaram fazer prevalecer na época de Atos.
- c. A lei deve ser obedecida para a nossa salvação. Seitas como os Adventistas do 7º Dia e assemelhados colocam o cumprir dos Dez Mandamentos como mandatório para a vida eterna, acrescentando-o ao sacrifício de Cristo. Segundo essa linha, sem a observância da lei, não podemos manter o direito à salvação.

2. Seria correto dividir a lei dessa forma?

Rigorosamente, essa categorização da Lei não foi feita por nenhum escritor sacro, no Velho ou no Novo Testamento. Isso, por si, não constitui problema, já que há outros termos não bíblicos que utilizamos sem que apareçam na Bíblia (tais como Trindade, Igreja local ou Onisciência)

A lei sempre é tratada nas Escrituras como um todo indivisível. Veja por exemplo Tiago 2:8-11. A parte cerimonial (sacrifícios) é chamada “lei” (Lucas 2:27). A parte moral é chamada “lei” (I Timóteo 1:9). A parte civil é chamada “lei” (Atos 23:3).¹⁴ Por isso, parece-nos mais apropriado afirmar que a divisão da lei em *moral, civil e cerimonial* serve apenas a um fim didático.

Em certo sentido, todas as leis eram morais, pois seguiam valores de alguém superior para regular a ética (prática de vida) da comunidade israelita. Portanto, como definir se a guarda do sábado ou a mudança dos marcos da propriedade é uma lei moral, civil ou cerimonial?

¹² Para uma análise sobre as três posições principais em relação à Lei de Moisés, um bom artigo a ser consultado é <https://www.desiringgod.org/articles/what-does-john-piper-believe-about-dispensationalism-covenant-theology-and-new-covenant-theology?lang=pt>. Para a discussão sobre as divisões da lei, consultar <http://doisdedosedeteologia.com.br/porque-nao-acredito-na-divisao-moral-civil-e-cerimonial-da-lei/>

¹³ John M. Frame defende essa tese na introdução do seu livro *The Law and the Covenant* (Jordan, J.B.), 1984, Institute for Christian Economics (Pg XVII a XX).

¹⁴ https://www.palavraprudente.com.br/estudos/calvin_d/miscelania/cap08.html



3. O que o Novo Testamento fala sobre o assunto?

Outra vez é necessário lembrar da progressividade na revelação divina. O que está no Velho Testamento jamais pode ser reputado como inútil, mas precisa ser considerado como uma estrutura em desenvolvimento. O que se semeia lá, colhe-se no Novo Testamento.

No momento histórico que vivemos, à direita da Linha do Tempo, toda doutrina precisa ser estudada tendo em vista o desfecho que recebe até o fim das Escrituras. Deus vai aumentando informação e revelação a respeito de Si mesmo na medida da passagem do tempo. Não porque Ele mesmo ainda esteja em dúvida ou decidindo o que vai dizer. O problema não está na mente do Senhor, mas na nossa. Não é o padrão divino que muda, mas as circunstâncias temporais e nossa lentidão em compreender.

- a. Esse assunto foi abertamente discutido nos primeiros anos da História da Igreja, em especial depois que Paulo e Barnabé começaram suas viagens aos gentios. Os cristãos judeus tentaram impor aos gentios uma fusão do Evangelho da graça com a observância da Lei. Isso foi tratado num Concílio em Jerusalém (Atos 15). Cartas foram escritas registrando a decisão tomada (que pareceu bem “ao Espírito Santo” e aos presbíteros e apóstolos reunidos).
- b. As cartas aos Gálatas, aos Romanos (capítulos 7 e 8 em especial) e aos Hebreus tratam exaustivamente desse assunto. Em todas elas, fica claro que a validade da Lei de Moisés caduca, na medida que uma Nova Aliança é feita pelo sangue de Cristo.
- c. O argumento da santificação pela Lei é contradito em Gálatas 3:21, 5:5, Romanos 8:3, por exemplo. Porém, também é explícito que estar debaixo da graça não significa estar sem lei¹⁵. Apenas não significa debaixo da “lei de Moisés” (veja Romanos 6). A santificação não advém do cumprimento de regras que já cumpriram seu papel: mostrar nossa pecaminosidade e nos levar a Cristo. Agora, não estamos livres para pecar, mas livres para servir a Cristo.

Isso não quer dizer que a lei fosse **falha** ou **imperfeita**. Romanos 7:12 e 14 deixa isso bem claro. O problema não era a Lei, mas o coração do homem, incapaz de compreender e cumprir a Lei. Paulo, aos Gálatas corrobora esse pensamento, ao mostrar que a lei era um tutor – um instrutor temporário, não definitivo. O papel de um tutor seria marcante para o resto da vida de um menino, mas ele jamais era designado para viver ao seu lado até o fim da vida. Na maturidade, cumprida a função precípua, ele não era mais necessário.

- d. O papel da lei, como um todo, era nos mostrar o caráter de Deus – mas isso já vinha sendo mostrado desde o Éden, e continuou a sê-lo, mesmo depois do Advento. É o que Paulo chama de “a justiça da lei” (Romanos 8:4), isto é, o senso de certo e errado que subjaz a cada mandamento da lei mosaica. Este aspecto da lei se cumpre na vida cristã pelo poder do Espírito Santo, não pelo cumprimento de quaisquer ordenanças.

Mesmo as leis civis serviam a esse mesmo propósito: elas mostravam ao povo como a vida pode ser melhor se seguirmos o padrão moral de Deus e aplicá-lo a cada detalhe. Mas isso aconteceu porque, em primeiro lugar, Israel, agora uma nação, precisava de uma clara organização civil. Como já consideramos, nunca foi proposto por nenhum apóstolo que sua vigência fosse transferida para as nações gentílicas onde os cristãos passaram a morar.

Portanto, tanto a lei moral como a civil inevitavelmente levavam à lei cerimonial, cujo propósito era fornecer ao homem, sempre incapaz de cumprir as duas primeiras, o escape do pecado e a porta aberta ao perdão. Se a lei cerimonial (que provia o livramento da culpa para o pecador) é inteiramente removida quando chega Cristo, que é a realidade das sombras da

¹⁵ “O texto deixa claro que o único jeito de um crente experimentar a santificação verdadeira (vitória sobre o pecado mais a produção de justiça positiva) é pela graça (a obra de Deus em Cristo) e nunca pela lei”. <https://bible.org/article/mosaic-law-its-function-and-purpose-new-testament>, J. Hampton Keathley III, Th.M. was a 1966 graduate of Dallas Theological Seminary



Lei, as outras duas deixam de fazer sentido automaticamente. Elas perdem o sentido e a eficácia após o sacrifício completo de Jesus.

4. Consequências de se tentar validar a lei para nosso tempo

- a. *Legalismo frio* – especialmente ao se tentar pinçar uma lei e deixar outra (às vezes no mesmo capítulo). Quem é juiz a definir qual se pega e qual se deixa de lado? (Ex: Deuteronômio 22:6-15)
- b. *Manipulação* (Gálatas 3:1-3) – ao tentar impor a observância da lei, sempre se cai no erro de dar maior ênfase aquilo que nos interessa mais, deixando de lado o que consideramos mais difícil.
- c. *Tentativa de estabelecer um sistema de mérito* – enquanto não se compreende que a lei não aponta para a importância do nosso esforço pessoal, mas para a graça de Cristo, vamos usar a lei para mostrar o quanto somos “bons”.
- d. *Diminuição do valor e da suficiência da obra de Cristo* – se a lei pudesse salvar, para quê Jesus morreu? Este é o argumento maior do apóstolo em Gálatas 2:21:
“Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça vem pela lei, Cristo morreu inutilmente!”

5. Valor e vigência

Afirmar que a lei não está mais em vigência aos que vivem depois de Cristo e seu sacrifício não quer dizer que o Velho Testamento não precise ser lido, estudado e compreendido. Nem mesmo que não haja lições profundas e significativas, pertinentes àqueles que creem. Disse o apóstolo:

*Pois tudo o que foi escrito no passado, foi escrito para nos ensinar, de forma que, por meio da perseverança e do bom ânimo procedentes das Escrituras, mantenhamos a nossa esperança.*¹⁶

Há que se fazer uma clara distinção entre valor e vigência. A Lei mosaica não mais se aplica àqueles que estão em Cristo Jesus. Ela não tem mais validade jurídica. Mas seu valor como revelação do caráter de Deus, como base teológica para as Escrituras e até mesmo como sinalizador do governo de Deus no coração do homem são permanentes.

Por isso, ao contrário de diminuir sua importância, nosso objetivo é precisamente demonstrar (como temos feito ao longo deste curso) como é fundamental para um cristão conhecer bem o Pentateuco e estar bem familiarizado com seu ensino, com o máximo de detalhes que pudermos recolher. De outro lado, não pretendemos cair no erro de uma alegorização hermenêutica, passando a atribuir um sentido espiritual a todo e qualquer declaração da lei ou do sacerdócio levítico. Nosso limite interpretativo precisa ser o que o Novo Testamento nos permitir ou indicar.

Nas aulas seguintes, vamos analisar detalhadamente as leis do dia a dia do povo, conforme registradas em Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Não serão analisadas, neste curso, as leis que envolviam o ministério sacerdotal, o culto e os sacrifícios, mais o Tabernáculo. Essas ficarão para o próximo volume.

Pano pra manga...

Discuta com seu grupo quais as implicações de uma ou outra posição a respeito de como encaramos a vigência da Lei hoje em dia.

¹⁶ Romanos 15:4

